



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 26 de janeiro de 2012 (27.01)
(OR. it)**

5710/12

COPEN 18

NOTA DE ENVIO

de:	Luigi Frunzio, Diretor-Geral, Ministério da Justiça, Departamento dos Assuntos de Justiça, Direção-Geral da Justiça Penal
data de receção:	23 de janeiro de 2012
para:	Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral Adjunto, DG H, Justiça e Assuntos Internos

Assunto:	Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia – Notificação
----------	---

Senhor Diretor-Geral Adjunto,

A Itália deu execução à decisão-quadro em epígrafe através do Decreto-Lei n.º 161, de 7 de setembro de 2010, publicado no Jornal Oficial n.º 230 de 1 de outubro de 2010.

Por conseguinte, desde 5 de dezembro de 2011, a Itália está em condições de aplicar os instrumentos e procedimentos previstos na decisão-quadro.

Queira, pois, registar que a legislação italiana foi adaptada à legislação europeia.

(Fórmula de cortesia)

(assinado) Luigi FRUNZIO
